

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E A CRIAÇÃO DE UM SÍMBOLO NACIONAL

Eduardo Rouston Junior
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PUCRS)
E-mail: rotten28dias@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como principal preocupação analisar alguns elementos importantes existentes nos momentos iniciais da escrita da história do Brasil no período de consolidação do Estado imperial brasileiro, principalmente com a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável pelas primeiras tentativas de reconstrução do passado do novo país e de produção de uma identidade que se pretendia ser nacional. Tendo em vista este objetivo, analisaremos, num primeiro momento, dois autores: o cônego Januário da Cunha Barbosa e Karl Philipp von Martius. A escolha desses dois autores se deve ao fato de ambos apresentarem, através de suas produções, os fundamentos que deveriam definir a identidade nacional brasileira naquela conjuntura histórica e que tipo de passado e história deveriam ser produzidos naquele momento, ou seja, no contexto de consolidação do Estado imperial. Além disso, apresentaremos algumas características que foram significativas para marcar o papel desempenhado pela literatura romântica indianista na defesa do jovem Estado imperial e na idealização do indígena enquanto símbolo nacional.

Palavras-chave: Identidade Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nação.

CONSTRUINDO A NAÇÃO

Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. (...) O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o eu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza.

José Carlos Reis. *As identidades do Brasil.*

Uma das principais características que marcou a história ocidental no século XIX, em termos políticos, foi a questão das *nacionalidades*. Como resultado de um longo processo, suas origens remontam no mínimo à quebra da cristandade, no século XVI, com as Reformas, e à

consolidação das monarquias absolutistas, no século XVII, encontrando na França napoleônica, surgida da Revolução de 1789, a sua primeira expressão coletiva sob a forma de uma corrente doutrinária. Nacionalidade, primeiro teorizado pelos pré-românticos alemães de fins do século XVIII, concebia-se, no Oitocentos, como um direito natural e inalienável dos povos de se autogovernarem, em prol da preservação da identidade de língua, religião, cultura e costumes que os constituía em uma comunidade específica, em um território específico.

Não podemos esquecer também que, nesse momento, nação e história, pela via política bem real de construção ou consolidação dos Estados nacionais, estavam indissolivelmente ligadas. Nessa perspectiva, cabe lembrar que o desenvolvimento dos povos em nações constituía uma fase inevitável da evolução humana, que levava no entender do historiador inglês Eric Hobsbawm à idéia da “nação como progresso”. E incluía não só a construção de um Estado, como sua expressão política, mas também a escolha de critérios para a definição da cidadania dos indivíduos que a compunham. No entanto, o surgimento das nações, sabemos hoje, decorre de vários elementos. Se, por um lado, exige uma base cultural comum, em geral oferecida por sociedades com certa semelhança étnica ou religiosa, por outro, depende igualmente de um esforço de identificação, divulgação e introjeção dessas características partilhadas, de modo a gerar um sentimento de comunhão entre as pessoas.

De acordo com os professores Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, a construção das nações no século XIX, na realidade, caminharia por duas vias:

De um lado, em um mundo crescentemente ligado pela circulação de mercadorias, notícias e soldados, por meio da percepção cada vez maior das diferenças evidentes que singularizavam um território, uma história, uma cultura – e que encontrou expressão em abundante literatura de viagens. De outro, em função do desenvolvimento econômico capitalista, com a afirmação de novas elites locais, cujos interesses residiam tanto na ampliação, ou proteção, de seus mercados, quanto no estabelecimento, diante dos poderes tradicionais, de novas práticas políticas que lhes dessem voz na condução dos negócios públicos. Seja por uma ou por outra via, a nação mostrou-se o destino a que todos almejavam, embora da Europa napoleônica à Europa de Bismarck, passando pelas Revoluções de 1830 e 1848, diversos tenham sido os caminhos escolhidos. A distância percorrida, porém, pode ser medida pela diferença entre a exclamação de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, defendendo-se das acusações de envolvimento na Revolta Pernambucana de 1817, para a consciência demonstrada pelo piemontês Massimo d’Azeglio, em 1860. Enquanto o primeiro considerava que sua pátria não era ‘os penhascos de Vila Rica que me viram nascer’, mas sim ‘a Constituição da monarquia portuguesa a que pertencem e a que pertenceram os meus maiores’, o segundo constatava: ‘Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.’ (1999: 256).

O fenômeno teve sua marca americana quando as elites ao romperem com suas metrópoles coloniais viram-se na obrigação de também pensarem a sua organização em países autônomos, em nações. Contudo, os fatores étnicos, lingüísticos e culturais teriam pouco peso

pelas próprias características das sociedades coloniais ligadas em suas tradições, folclore, língua e cultura às suas antigas metrópoles. O fato é que as nações modernas, de modo geral, são o resultado (sempre em transformação e inconcluso) de processos históricos de longa duração, em que se dão convergências entre diferenças internas e se acentuam particularidades em relação ao mundo exterior. Conforme salienta Ricardo Salles no livro “Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado”, as nações “encarnam e recortam características culturais, mentalidades, padrões de comportamento econômico, social e político, geografias com ritmos lentos de mudança e com fortes raízes no passado, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista de sua simbologia” (1996:14). A nação pode ser vista, afirma tal autor, como uma entidade histórica em que uma interpretação de seu passado e de suas origens torna-se elemento essencial para sua compreensão, ao mesmo tempo em que é um elemento de sua própria constituição (SALLES, 1996: 14).

No Brasil, contudo, o novo Estado nasceria das mãos do herdeiro da Coroa Portuguesa, dispondo de toda a moldura institucional que, a partir de 1808, dom João transplantara para o Novo Continente. Na descendência da moderada Ilustração portuguesa, a nação devia resultar, como assinala José Murilo de Carvalho, de uma socialização das camadas dominantes, entendidas fosse por seu poder econômico e político, fosse por sua cultura e seu saber. Assim, eram os grandes proprietários, os negociantes de grosso trato, os indivíduos ligados às atividades administrativas ou instituições militares, os letrados e o clero que deveriam ser homogeneizados. O povo, pouco instruído e representado por pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos e lavradores livres, permanecia, em grande parte, distante e controlado, juntamente com o imenso conjunto de escravos, pelos mecanismos do Antigo Regime.

Nessa perspectiva, a manutenção da monarquia enquanto forma de governo, como revelaria o golpe da maioria, constituía um elemento imprescindível, uma vez que o imperador não só exerceria o papel de mediador em relação aos conflitos da elite, como ainda, na tradição da Coroa portuguesa, o de fiador supremo da ordem em relação aos excluídos (SALLES, 1996:258).

A partir da abdicação de Pedro I, diante do perigo representado pelas inúmeras rebeliões, motins e levantes ocorridos no período regencial, a lógica das nacionalidades do século XIX impôs à Regência a tarefa de tomar algumas iniciativas tendentes a criar uma identidade nacional. Urgia construir a nacionalidade brasileira para garantir a integridade do Império e preservar a ordem escravista. É nesse contexto que se pode compreender a criação de

instituições, sempre sob a égide do poder imperial central, como o Imperial Colégio de Pedro II (1837), o Arquivo Público (1838), a Academia Imperial de Belas-Artes (1826) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), assim como a composição das primeiras obras históricas, artísticas e literárias, que deviam servir para moldar a personalidade do Estado-nação no Brasil. No tocante à importância da construção de tal projeto, afirma Ricardo Salles:

O Estado era o grande promotor da construção política da nação, identificada como um projeto, como uma criação sua. A unidade territorial – essencial na definição da nacionalidade – e a preservação das riquezas e potencialidades naturais era sua grande obra. O Estado monárquico se construía como projeto civilizatório que dominava e incorporava o meio e a natureza, simbolizando a identificação entre Estado-civilização e espaço físico-natural. A experiência republicana era associada ao barbarismo caudilhesco e à dispersão territorial das demais nações latino-americanas. A monarquia fora capaz de não apenas assegurar a unidade territorial, mas exercer um papel hegemônico no subcontinente (1996:100).

Por sua vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, tinha como principal objetivo difundir o conhecimento do país e, assim, contribuir para precisar a sua identidade. A partir dos anos 50 o IHGB, como ficaria conhecido, se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. Revelava-se, claramente, a intenção formativa da consciência nacional, entendida como “missão” de tal instituição. É interessante destacar que a recém-fundada entidade apresentava uma composição interna bastante reveladora de uma das fortes características do Instituto, que se manteria durante toda a sua vigência, isto é, um tipo de “recrutamento” que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual. O estabelecimento escapava às regras próprias do mundo acadêmico, já que seus critérios de seleção não privilegiavam uma suposta competência nas suas áreas de atuação. (GUIMARÃES, 1988: 7)

No interior desse espaço marcado por uma teia de relações pessoais, outro aspecto comum se sobressaía: o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial. Ao analisar o perfil dos 27 sócios fundadores, notaremos que, entre eles, 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado. Vários são os casos que exemplificam tal constatação, a começar pelo primeiro presidente do IHGB, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), que acumulava os cargos de conselheiro e senador do Estado, ou o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário do instituto e um dos responsáveis por sua idealização. Como esses, outros casos poderiam ser elencados entre

vogais do Supremo Tribunal, procuradores, desembargadores e chefes da Secretaria dos Negócios do Império. Faziam parte dessa lista do Instituto nada menos que dez conselheiros de estado, seis destes ainda senadores.

Nas palavras de Lilia Schwarcz, conclui-se, portanto, que estava aí reunida “a nata da política imperial, boa parte dela nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança” (1993:102). As marcas de um saber oficial vão estar, portanto, bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto “entidade científico-cultural”. Nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto-representará enquanto fala oficial na tentativa de realizar a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se pretendia definir para a jovem nação brasileira.

A HISTORIOGRAFIA OFICIAL E O PROJETO DE UMA HISTÓRIA NACIONAL

Uma tendência geral e significativa da historiografia produzida ao longo do século XIX foi estar intimamente relacionada à construção do Estado nacional. Realizava-se, nesse sentido, uma história oficial, patrocinada pelo poder político e fiel a ele. Conforme Manoel Luis Salgado Guimarães, “é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (1998:6).

Durante a fase imperial da história do Brasil, especialmente no que tange ao II Reinado, a historiografia que começava a ser produzida era aquela vinculada, portanto, como salientamos anteriormente, ao IHGB, responsável por criar um passado histórico para o jovem país. “Não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história (...)”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria fundação da nacionalidade. No entanto, este passado certamente teria de ser um passado do qual este Império pudesse se identificar e se vangloriar e, destarte, a história estaria cumprindo a função para o qual ela havia sido fundada, isto é, a de auxiliar decisivamente para o projeto de centralização monárquica que previa um modelo de constituição do Estado com base no fortalecimento do poder executivo, uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa, a manutenção da unidade territorial e a continuidade da ordem social interna fundamentada, especialmente, no sistema escravista e na grande propriedade.

Esta relação entre a implementação de um projeto político conservador e a criação de uma história nacional fez com que a consolidação do Estado imperial brasileiro passasse também pela construção de uma memória histórica nacional que proporcionaria uma identidade para o país. Sobre a importância do IHGB para o processo de construção simbólica do Estado nacional, por intermédio da elaboração de uma identidade cultural para o Brasil, afirma Lilia M. Schwarcz, em biografia sobre D. Pedro II:

É, portanto, a partir dos anos 50 que o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura. Se no plano da política externa uma monarquia encravada bem dentro do continente americano gerava desconfianças, mesmo internamente era também preciso criar uma identidade. (...) Na verdade, composto, em sua maior parte, da 'boa elite' da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. (...) O Instituto Histórico funcionará como uma espécie de porto seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um 'nítido caráter brasileiro' à nossa cultura (1998:126-127).

Outra referência importante sobre tal questão é Maria Lígia Coelho Prado em “Emblemas de Brasil en la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural”. Segundo a autora, era fundamental configurar um perfil para a nova nação e constituir uma memória nacional coletiva dentro da tradição de civilização e progresso oriunda da Ilustração. Nessa perspectiva, “o passado colonial também deveria ser reconstituído, pois se apresentava como o cimento histórico do presente” (2009:285).

Cabe salientar que este projeto de construção de uma identidade nacional repercutiria na literatura romântica indianista – de 1837 até fins de 1869 –, exemplificada nas obras de autores como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, assunto que iremos enfatizar no tópico seguinte. Salientamos que nossa intenção neste momento é analisar a produção dessa memória nacional a partir da historiografia que se produziu neste contexto. É bom lembrar que antes mesmo da literatura romântica, é através da historiografia que se elegeu primeiramente o índio como símbolo nacional. Conforme afirmou Arno Wehling, os historiadores do IHGB, ao enfatizarem os ideais românticos e nacionalistas, buscaram, nas riquezas naturais do país e nas suas potencialidades, os elementos necessários para a composição de uma identidade nacional em formação. Os fundadores do Instituto, segundo Wehling, objetivavam reconstituir a história do país para consolidar o ideal nacional. Como não dispunham de um passado medieval, recorreram à temática indígena (1999:36-37).

Januário da Cunha Barbosa representou muito bem esta tendência. Secretário inaugural do IHGB e um dos responsáveis pelos seis primeiros anos de vida da Instituição, retratou a questão indígena em seu artigo “Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões”, buscando criar um símbolo para o nosso passado através da figura do indígena. É válido esclarecer que, segundo a ótica defendida pela historiografia produzida pelo IHGB, passava pelo registro e pela perpetuação de uma certa memória nacional, a idealização de alguns personagens que deveriam caracterizar as particularidades dessa nova nação, fortalecendo, assim, a identidade nacional desse país. Como ressalta Lilia Schwarcz:

O monarca formava a sua corte ao mesmo tempo que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem. Em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão estratégica (1998:128).

A temática do indígena reforçaria também a questão de que além do desejo de se fundar uma historiografia nacional e original, havia a intenção de não apenas ensinar e divulgar conhecimentos, como também formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da nação. Na historiografia, havia, portanto, uma questão importante em pauta: a idealização do passado colonial brasileiro na busca de suas potencialidades que pudessem vislumbrar um futuro promissor.

O elogio a um índio estilizado, europeizado e marcado pela civilização, tornava-se instrumento de construção de uma memória positiva do nosso passado histórico. Em sessão do IHGB, em 24 de agosto de 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa deixaria claro que sua idéia seria integrar o índio à nossa civilização, valorizando a religiosidade como principal instrumento civilizatório. Em sua opinião, a catequese seria a forma mais adequada de encaminhar este processo, apoiando-se em três pressupostos básicos: em primeiro lugar, na criação, entre as populações indígenas, de necessidades cuja satisfação exigiria um contato permanente com os brancos; em segundo lugar, na educação dos filhos dessas populações segundo os princípios da educação branca; e, finalmente, no incentivo à miscigenação como forma de branqueamento desses grupos indígenas:

Sou de opinião que a catequese é o meio mais eficaz, e talvez único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos comandos da sociabilidade. (...) os índios

do Brasil mais se domesticam pela catequese do que pelas armas (BARBOSA, 1840:3-5).

Podemos perceber também nas palavras do cônego o lugar que caberia ao índio na nova nação em formação, se caso quisesse ser integrado nela:

A prudência aconselha neste caso, que fazendo-os entrar no conhecimento dos commodos da sociedade, eles irão saindo melhor do estado da natureza, amando a propriedade, e formando estabelecimentos, e povoações debaixo de certas relações policiaes, que a Religião fará respeitáveis. (...) Criadas as primeiras necessidades nos indígenas, devem-se também criar logo os meios necessários à sua pronta satisfação, e estes consistem no estabelecimento de oficinas grosseiras, que sirvam também de escola aos indígenas aldeados, e lhes persuadam o amor do trabalho (1840:16-17).

Inquestionavelmente, Januário da Cunha Barbosa apresentava os indígenas com capacidade de se integrarem no projeto de construção do Estado nacional. Contudo, essa inserção deveria ser executada a partir de um processo de “civilização”, isto é, tendo em vista os valores e costumes da sociedade “civilizada” e européia. Ao longo da fala do cônego destacam-se, principalmente, dois valores importantes que deveriam fazer parte do imaginário indígena: a valorização do trabalho e a noção de propriedade.

A produção de um discurso sobre a questão indígena articulava-se também a um quadro de referência no qual a problemática econômica teria de ser levada em conta, conforme assinala Manoel Salgado (GUIMARÃES, 1988:21). Num momento em que a abolição do tráfico escravo colocava-se como inadiável, a Revista do Instituto Histórico oferece um *fórum* privilegiado para discussões, tendo como meta a busca de soluções para a questão da mão-de-obra no Brasil diante do projeto de construção nacional então em curso. Nesse sentido, é central o trabalho publicado por Januário da Cunha Barbosa no primeiro número da Revista enfocando a relação entre a escravidão negra e a civilização do país. Seu discurso ao mesmo tempo em que aponta a escravidão negra como um dos fatores responsáveis pelo atraso do país na corrida da civilização, resgata a figura do indígena como possível solução para tal problema:

Lembramos este fato para provarmos que eles não são tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e para que se veja que se forem removidas certas causas de seu horror e desconfiança, se forem bem tratados cumprindo-se fielmente as convenções, que com eles fizerem, se forem docemente chamados a um comércio vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos, senão nos que hoje existem habituados à sua vida nômade, ao menos em

seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos Africanos (1839:165).

Aqui novamente é reforçada a questão da importância do trabalho, assim como é enfatizado não somente a importância da temática indígena, desvendando suas relações com a questão da escravidão negra, como também os “riscos” proporcionados por esta.

Os primeiros passos concretizados no sentido da elaboração de uma história do Brasil, que viria a ser publicada anos mais tarde por Francisco Adolfo Varnhagen, são dados, portanto, por Januário da Cunha Barbosa que, em 1840, definiria um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto vencedor, premiado em 1847, seria o do viajante alemão Karl Philipp von Martius, com a monografia intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845.

Von Martius, no artigo, propunha a primeira interpretação da história do Brasil, que teria a responsabilidade de dar um formato ao caráter nacional do país, de tentar forjar, através da historiografia, uma identidade à nação em processo de construção. Este objetivo ele contemplava ao ressaltar que a singularidade do Brasil estava ligada a presença de três raças formadoras da sociedade colonial na América portuguesa: índios, brancos (portugueses) e negros africanos. O encontro destas três raças, de acordo com sua perspectiva, proporcionaria uma definição de identidade ao jovem país. O projeto vencedor propunha, portanto, uma “fórmula”, uma maneira de entender o Brasil. A idéia era correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham. Estas, por sua vez, possuíam características bem variadas. Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajustando-o de acordo com o projeto de civilização. Ao negro, por último, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como um fator de impedimento para o país tornar-se civilizado. Falando de um desenvolvimento comum, que seria determinado pela mistura racial, afirma Martius:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece (...) um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (...) O (...) português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. Portanto devia ser um ponto

capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas que, nesse país, são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim (1953:188-189).

Neste projeto de história nacional elaborado por von Martius, fica claro que as raças inferiores, ou seja, negros e índios, acabariam sendo incorporadas à raça européia. O branco, a seu ver, deveria ser inclusive alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. O negro, por sua vez, como já apontamos, obtém pouca atenção de von Martius. Este silêncio ou “esquecimento” podia ser reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção da história nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização.

Sua questão maior, no entanto, era a investigação sobre o tráfico negreiro, sua organização e influência na história portuguesa e do Brasil, enquanto colônia, o que demonstrava que ele não estava preocupado com a condição do negro africano, mas em detectar o nível de influência deste elemento na definição do caráter da nossa formação nacional. É bom enfatizar que von Martius chama a atenção, mais de uma vez, para a questão da importância da inserção do índio e do negro na escrita da história, mas sob uma condição: que esta integração ocorresse de maneira subordinada, como podemos identificar em sua fala:

Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia (1953:201).

Estava em questão também a formulação de uma história nacional que servisse de fundamento para justificar a consolidação do Estado imperial. Na defesa do projeto imperial, von Martius acreditava que a história deveria servir como elemento integrador do país, principalmente em consideração a recente experiência de momentos conturbados que ocorreram nos anos 1830 e 1840, marcados por conflitos e rebeliões que ameaçavam o programa de centralização política imposto pelo Império.

Outro detalhe que caracteriza o projeto de história proposto por von Martius diz respeito ao apagamento das diferenças étnicas que, por sua vez, deveriam ser incorporadas ao homem branco. Tratava-se de enfatizar a relevância da unidade nacional, tarefa que o IHGB fazia questão de cumprir. Para von Martius, precisávamos de um “historiador patriota”, ou seja, de

um intelectual que produzisse um passado de acordo com o projeto imperial de unidade. No final de seu artigo, a proposta de von Martius de leitura da história se explicita em seu caráter político ao salientar a necessidade de uma Monarquia para a manutenção da ordem em um país com grande número de escravos (1953:204).

O IMPÉRIO DAS LETRAS

A independência e a fundação do Império implicaram em uma tentativa de acentuação da ruptura entre a civilização brasileira e a metrópole sem que, no entanto, isto implicasse na negação de sua matriz européia. Ao contrário, tratava-se de enfatizar a qualidade de nossa civilização, por um lado, diante dos padrões europeus e, por outro, pela demonstração de superioridade em relação aos países vizinhos do subcontinente. É nesse sentido que devemos entender e relacionar o desenvolvimento de uma literatura própria às condições políticas reinantes nos novos países. Segundo Ricardo Salles, “ao processo de construção de uma ordem política imperial, correspondeu a definição de um terreno cultural de ação hegemônica em que as noções e os valores do substrato cultural ganharam a forma de uma temática nacional com rara organicidade interna” (1996:103).

O indianismo dos primeiros tempos do romantismo que poderia redundar numa valorização excessiva do elemento americano na formação da nacionalidade deveria ser depurado e enquadrado na ordem imperial moderna, civilizada, científica e européia. É neste contexto que devemos lembrar a obra de Adolfo Varnhagem, que, por sua vez, dominou o cenário historiográfico brasileiro no século XIX. Sem dúvidas, ele buscou os laços de continuidade entre a nacionalidade brasileira e a obra de civilização portuguesa. Em sua obra de maior expressão, *História geral do Brasil*, as quatro primeiras seções tratam, por exemplo, da descrição da natureza e da cultura das populações indígenas. Entendemos que sua principal função era, em primeiro lugar, refletir o conhecimento necessário a uma apropriação científica da realidade americana e, desta forma, legitimar a obra da civilização européia. Em segundo lugar, ao descrever uma natureza adversa à ação do homem civilizado, atuava como elemento de contraste para que mais sobressaísse a grandeza desta obra (SALLES, 1996:104).

Outro aspecto interessante que merece ser destacado neste momento é que se o esforço sistemático dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha a respeitabilidade da produção científica, como identificamos no tópico anterior, não possuía, contudo, o poder de irradiação necessário e fundamental para a constituição de um verdadeiro mito de formação. Seria preciso um canal de irradiação mais amplo em prol da produção de

um mito da nacionalidade que ganhasse o imaginário coletivo. Este veículo foi a produção literária e artística. Ou seja, se, por um lado, cabia à historiografia criar um passado e buscar continuidades temporais, foi na área da literatura que o elemento indígena, entre outros, se colocou plenamente a serviço de uma visão mitificadora da “nova” sociedade brasileira.

Uma grande parte dessa produção literária e artística do período romântico esteve vinculada à temática da afirmação das características individuais da nova nacionalidade. Cabe lembrar que esta vinculação se deu pela valorização de determinados assuntos e motivos de cunho nacional, como os costumes específicos, a natureza, os indígenas e o passado histórico. Salles esclarece, neste sentido, que “havia uma intenção definida de exaltação dos valores nacionais (que, na verdade, em larga medida se criavam por esta mesma exaltação). Isto era especialmente verdadeiro no que diz respeito à literatura, eventualmente o gênero artístico com maior abrangência” (SALLES, 1996:107). Três grandes temas teriam marcado sua formação: a valorização do aborígene, o desejo de contribuir para o progresso e conhecimento da realidade nacional e a incorporação aos parâmetros europeus. Inaugurado por Gonçalves Dias, em 1846, o indianismo romântico tendia a particularizar os grandes temas da literatura ocidental, querendo como que aclimatá-los à realidade local, segundo intenções claras de produzir um discurso implicado no projeto nacional. Conforme salienta Pedro Puntoni, “o índio devia-se prestar ao papel de elemento referencial na reconstrução historicista da literatura romântica e de símbolo privilegiado da especificidade da pátria” (1996:120).

Esta característica da produção literária vinculada à afirmação da nacionalidade faz-se notar com maior grau especialmente com o advento do romantismo urbano. A obra de José de Alencar é significativa neste sentido. Sem dúvidas, ele é um dos maiores nomes do romantismo brasileiro, principalmente, por refletir esta tentativa de captar uma identidade nacional, de contribuir para sua grandeza. Nas suas obras uma demonstração constante dos conhecimentos sobre a natureza e os naturais do Brasil transparece a ponto de muitas vezes o caráter didático e mais etnográfico do texto e das notas impor-se, em detrimento da narrativa. Seus dois livros clássicos, *O Guarani* e *Iracema* – aliás, fundadores do romance nacional – apresentam os nativos como bons selvagens, belos, fortes, livres e plenamente subservientes ao branco. Como em Gonçalves Dias, os índios morrem no fim – mas, em Alencar, essa morte se realiza numa espécie de altar de sacrifícios e dela emerge um novo Brasil. Em Alencar, não apenas os “autóctones”, mas a própria natureza brasileira são postos a serviço do nobre conquistador branco.

É importante ressaltar também que boa parte da crítica que se fez à Alencar visou o fato de que estes romances não corresponderiam a uma imagem real do índio. Porém, é bom lembrar que Alencar tinha consciência que sua imagem não correspondia a uma descrição realista. Claramente, ele buscava uma estilização.

Se a busca do específico nacional, dos costumes, da paisagem é constante na obra de Alencar, foi Gonçalves de Magalhães quem desempenhou papel capital no estabelecimento do modelo indianista oficial, em sua versão mais orgânica, pois organizou em torno de si o oficialismo da literatura nacional. Em 1856, publica *A Confederação dos Tamoyos*, que fora diretamente patrocinada pelo imperador, e, depois de longo preparo, aguardada como o grande documento de demonstração de “validade nacional” do tema indígena.

Inspirada na trama estabelecida por Baltasar da Silva Lisboa,* em seus *annaes do Rio de Janeiro*, publicados em 1834, a obra conta a saga da “brava nação Tamoio”, que luta pela liberdade contra os agressores portugueses – estes sim caracterizados como selvagens e aventureiros. O poema tem como herói Aimberê, grande guerreiro e principal tamoyo, que simboliza a resistência ao invasor. Nobres selvagens, cujas qualidades são constantemente louvadas, os Tamoyos de Magalhães ocupam o papel de entrave moral ao livre curso da história nacional. A violência de que foram vítimas e o crime que é denunciado servem, ao mesmo tempo, como elemento de expressão do antilusitanismo, típico dos anos que se seguiram à independência e de crítica imediata aos defeitos morais do tempo presente. Em seu texto, os portugueses, desrespeitando todas as leis e direitos, cumprem a colonização a ferro e fogo.

Porém, o poema não se limita a descrever a oposição indígenas versus portugueses. Enquanto estes podem ser divididos em brutos colonizadores e brancos religiosos, também os indígenas se encontram divididos: de um lado os bárbaros catequizados; de outro os aborígenes indomáveis e livres como a natureza. De acordo com Lilia Schwarcz: “nessa batalha de cores o par enaltecido é o que lembra a pureza – os portugueses do futuro Império (que representam a unidade nacional e, sobretudo, a fé cristã, que se cola ao sacrifício dos nativos), os indígenas não conspurcados pela civilização” (1998:132). É num momento particularmente significativo da trama que Tibiriçá, índio da tribo Guaianá e aliado de João Ramalho (português), tenta convencer seu sobrinho Jagoanharo das vantagens do mundo civilizado. Mas, o ato central

* Ouvidor da Comarca de Ilhéus (Bahia) e desembargador das Relações da Corte, Baltasar da Silva Lisboa foi também magistrado e historiador. Nos *Anais do Rio de Janeiro* (1834-1835), ele narra a história do Rio de Janeiro desde a sua fundação até a vinda de Dom João VI. Também escreveu *Apontamentos para a história eclesiástica do Rio de Janeiro* em 1840.

que estrutura a narrativa e que orienta o discurso do autor é o sonho de Jagoanharo, em que prevê, em pleno século XVI, a chegada da família real, a independência, o Império, a guerra na região do Prata e, por último, o reinado sob o comando de Pedro II. O Império, por sua vez, aparecia contraposto à colonização portuguesa, sendo vista como campo da desigualdade. Segundo Lilia Schwarcz é, dessa forma, que:

(...) a literatura cede espaço ao discurso oficial e o indígena transformado em um modelo nobre toma parte, mesmo que como perdedor, da grande gênese do Império, agora nas mãos de d. Pedro II. (...) Como um exemplo a ser seguido, o indígena surgia como herói e vítima de um processo que o atropelava. Nascido livre, morto em liberdade (1998:134).

O fato é que apesar de ser o exemplo claro da subordinação do discurso histórico ao literário, tal poema deixou, sem dúvidas, sua marca no sistema cultural brasileiro em formação particularmente como obra “historiográfica”. Se, por um lado, o poema tinha pequeno valor literário, por outro, acabou por dar redação definitiva ao que se entendeu ser um episódio da história nacional. Todavia, e isto é fundamental, tal confederação, que, bem entendido, não nascera da imaginação exclusiva de Magalhães, nunca existiu, pelo menos enquanto realidade histórica discernível ou como algo concreto. A epopéia de Magalhães cumpre, em nossa visão, o papel de, ao misturar personagens e acontecimentos reais e fictícios, tecer uma narrativa plausível e funcional nos moldes exigidos pela historiografia romântica em construção. Segundo Puntoni, Magalhães não imaginava estar apenas romantizando acontecimentos passados, mas lhes dando forma definitiva. No caso de seu poema, “o caráter contingente da obra de circunstância não foi superado pela durabilidade dos produtos imaginários. Porque estes não tinham força estética e porque o caráter contingente da obra e de toda a narrativa, construída em solo de veracidade histórica, pretendiam legitimar-se como tal” (1996:125).

Além de uma produção literária cada vez mais disseminada, outros campos da produção artística, em especial a ópera e a pintura, também contaram com amplo apoio estatal. Através de Carlos Gomes, detentor de uma bolsa concedida por D. Pedro II, por exemplo, *O Guarani*, ganhou, com apoio oficial, um canal de expressão mais grandioso, uma ópera produzida e exibida primeiramente na Europa. Fatos do passado deveriam ser eternizados também em pinturas históricas de grande tamanho. O resultado disso é que pintores como Pedro Américo e Vítor Meireles, especialistas em pinturas históricas e sacras, produziram obras clássicas e

laboriosas ajudando a definir as novas feições visuais da nação, isto é, fabricando parte da memória visual da história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, tanto o cônego Januário da Cunha Barbosa quanto o naturalista alemão von Martius foram responsáveis em apresentar programas e iniciar a recuperação de um passado nos tempos iniciais do Segundo Reinado no Brasil, ou seja, num contexto em que um projeto político que procurava o fortalecimento do Estado fazia-se presente. Tratava-se, nesse caso, da construção do Estado imperial brasileiro concomitantemente à criação de uma história para o jovem país. Compreendemos que o Brasil no Segundo Reinado desejou a elaboração de uma memória seletiva e idealizada sobre seu passado, recordando os elementos positivos, mistificando outros e esquecendo aqueles que, naquele momento, pudessem atrapalhar o projeto imperial de construção da nação. Era o caso de von Martius, que tentava minimizar a importância do negro africano para a história do Brasil ou de Januário da Cunha Barbosa, que defendia a introdução de um índio europeizado à nação brasileira.

Nessa criação de um passado para o Brasil era de fundamental importância ter os índios como temática a ser enfatizada, no sentido de que pudessem servir como uma ponte de comunicação com o passado a ser valorizado e como componente central para a confecção de uma identidade nacional durante o século XIX.

Nesse sentido, podemos dizer que, através do IHGB, produziu-se uma historiografia que cumpriu com sua tarefa de reconstrução de um passado histórico fazendo da história o meio indispensável para a definição de uma identidade nacional. Função esta executada no bojo de um projeto que implicaria, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação do Império.

Uma outra face do processo de construção da identidade nacional se encontraria na fase áurea da literatura romântica indianista. Esta alcançou grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Em sua ligação com o aparato jurídico-político imperial, este terreno e ações culturais específicas produzidas pelo romantismo formavam um espaço público imperial com um centro irradiador e, ao mesmo tempo, representativo do conjunto: a Corte, em que arte, literatura e ciência davam o tom de grandeza, isto é, se constituíam em ornamento de poder. O tom geral da produção cultural, por sua vez, era marcado não apenas por um forte caráter

ornamental, como também por um significativo caráter oficialista, que simbolizavam grandeza e um certo exotismo da construção política e cultural de um Império nos trópicos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões? *RIHGB*, Rio de Janeiro, p. 3-18, 1840.

_____. Se a introdução do trabalho africano embaraça a civilização dos nossos indígenas. *RIHGB*, Rio de Janeiro, p. 159-166, 1839.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A confederação dos Tamoios*. Curitiba: UFPR, 2007.

MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, p. 187-205, 1953.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Emblemas de Brasil en la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural. In: PALACIOS, Guillermo. (coord.). *La nación y su historia. Independências, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México, DF: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães, a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos/ CEBRAP*. São Paulo, n° 45, p. 119-130, julho, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.